ATA DA VII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2025

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois e vinte e cinco, deu-se início, às oito horas e trinta e quatro minutos, em segunda chamada, à VII Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado, na sede da Casa dos Conselhos Municipais de Educação, situada à Rua Quaresma Júnior, nº 111, Centro. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação com a participação da Presidente do Conselho, Silvia Lira, da Vice-Presidente, Mariana Máximo, e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Alex de Almeida, Martin Sirolli, Norielem de Jesus Martins, Aline de Oliveira Souza, Liliane Chaves da Rosa, Camila de Oliveira Barbosa da Costa, Milene Lima, Maria Heleise dos Santos Rosa, Mariana Gomes da Silva, Jorge Luiz da Silva Nunes, Carine de Oliveira Moreira, Marcos Paulo Pereira Ramos, Luísa Vieira Moreira, Maria Clara Fernandes Lima e Patrícia Viríssimo. Participaram também os servidores lotados no CME (Conselho Municipal de Educação): Eduardo Peixoto, Maria das Graças Ladislau e Cristiane Carneiro, assessora técnica. A presidente Silvia Lira deu as boas vindas aos nobres conselheiros e iniciou a reunião solicitando que todos se apresentem, pois temos conselheiros novos. Em seguida, a vice-presidente, Mariana Máximo, fez a leitura da ata da VI Reunião do Conselho Pleno ocorrida em 08 de julho de 2025, conforme previsto no Regimento deste respeitado colegiado. O conselheiro Martin pede que seja modificado, na ata, o horário em que os estudantes da Escola da Ilha da Gipoia saem de casa para irem à escola, que não é às 6h e, sim, às 7h. Alteração feita. Ata lida e aprovada pelos conselheiros presentes. Em seguida, a presidente do CME chamou a coordenadora da Secretaria de Educação, Juventude e Inovação e conselheira Norielem de Jesus para dialogar sobre a Educação do Campo, das Águas e das Florestas em Angra dos Reis. Em sua apresentação, Norielem aborda os conceitos de território e maritório, definindo este último como território físico, simbólico, cultural e pedagógico. Em Angra dos Reis, a Educação do Campo entrelaça-se com as águas e as florestas: comunidade indígena, quilombola, ilhas e sertões. Norielem apresenta o panorama das Escolas do Campo em Angra dos Reis, sendo treze unidades de ensino nas ilhas e nove unidades de ensino no continente. Norielem comenta que é de suma importância que se pense numa Deliberação que normatize como ocorrerão as aulas/atividades em situações de intempéries, para que seja garantido o dia letivo. A Educação do Campo é marcada por territórios diversos e não homogêneos, com modos de vida distintos e histórias próprias. As turmas das Escolas do Campo são, em sua maioria, multisseriadas, com metodologia específica e diz que trabalhar com essas turmas é um desafio. Seu Martin comenta que nas turmas multisseriadas, também, temos alunos da Educação Infantil junto com estudantes do Ensino Fundamental e dar conta dessas realidades tão distintas é um desafio enorme para o professor, pois ele é único para auxiliar os pequenos e os grandes e devido a isso seria bom ter um ajudante na turma. Seu Martin fala que professor que não possui experiência com turmas multisseriadas sofre, pois é um trabalho bem difícil. Seu Martin diz, ainda, que notamos diferença quando o professor possui vivência e formação na metodologia multisseriada, pois ele apresenta mais facilidade. Segundo Seu Martin, é perceptível, nas turmas multisseriadas, situações em que os alunos ficam um pouco entediados quando estão sem atividade direcionada para eles, pois a

professora também precisa intervir em outros anos de escolaridades presentes na sala de aula. Seu Martin comenta que, quando a escola ampliou a jornada para tempo integral, notou que as crianças demonstraram um certo cansaço, sem contar os conflitos que acontecem no cotidiano da escola. A conselheira Liliane pergunta se nas salas de aula têm câmera. Norielem diz que não há e que essa questão é muito delicada e que pode gerar várias interpretações. Alex comenta que a questão da câmera nas salas de aula é um tema bem delicado. A conselheira Luiza fala que é o professor e os alunos que sabem dizer o que ocorre em sala de aula e que as imagens da câmera, de forma descontextualizada, podem trazer interpretações equivocadas. Seu Martin relata que a Ilha da Gipóia, hoje, tem quarenta por cento da população caiçara e o restante não é nativo de lá. Reforça, ainda, dizendo que o PPP (Projeto Político-Pedagógico) da escola tem que levar em consideração essas diferentes realidades e universos, possibilitando a construção de projetos mais significativos. Comenta, ainda, que os pais dos alunos do 5º ano de escolaridade ficam bem receosos quando os alunos saem da Gipóia e vão estudar no continente. O referido conselheiro diz que Angra dos Reis está muito bem na meta, mas na parte sócio-cultural está fraca. Norielem comenta, em seguida, que Angra dos Reis, como outras cidades do Brasil, ainda tem déficit na questão da desigualdade social. Nós tivemos avanços na desigualdade racial e ainda temos pendência na desigualdade social e enfatiza que devemos pensar em estratégias para melhorar o que temos hoje nas Escolas do Campo. Norielem fala a respeito dos marcos legais e cita a Resolução nº 01 de 03/04/2022, Resolução nº 02 de 28/04/2008, Decreto nº 7.352 de 04/11/2010, Resolução SECT nº 05 de 2012 e o PME (Plano Municipal de Educação). Com relação à formação continuada, cita a Resolução do Programa Escola Nacional Nego Bispo, que traz novidades sobre formação. Ainda não sabemos exatamente como será, mas pode ser que seja nos moldes de Escola da Terra, que é um programa do MEC (Ministério da Educação e Cultura), para valorização das especificidades das comunidades do campo, caiçaras, quilombolas e indígenas. Angra dos Reis participa do Programa Escola da Terra desde o seu início, inclusive com artigo publicado por 17 cursistas. Norielem diz que, a pedido da Suellen, Diretora da escola da Praia da Longa, é importante destacar que hoje tem mais rotas para a Ilha Grande, inclusive com embarcação exclusiva para os profissionais, trazendo mais dignidade. Em seguida, Norielem fala sobre o Projeto Fio de Luz, no qual educadoras do campo narram suas trajetórias e práticas em livros autorais e falou também a respeito da educação diferenciada e popular. Seu Martin diz que muitos pais interpretam a educação diferenciada de forma equivocada e questionam: por que meu filho precisa de uma educação diferenciada? Seria bom ter um esclarecimento maior sobre essa questão. Norielem, então, esclarece que a educação diferenciada é concebida e planejada como reflexo das aspirações da educação escolar indígena. A educação popular é entendida como teoria e prática educativas vinculadas ao processo de organização e protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade. Quando estamos falando de Educação do Campo, estamos falando sobre educação popular. Norielem sugere ter um GT (Grupo de Trabalho) dentro do CME para estudar e dialogar sobre a Educação do Campo, trazendo propostas referenciadas, que se transformam em práticas exitosas. Mariana Máximo diz que a idéia do GT é muito válida e que, no momento, estamos com uma chamada pública para recomposição do Fórum Municipal de Educação. Mariana Máximo diz, ainda, que temos uma conselheira suplente da escola do campo no CME e que ela não está presente hoje, pois é da Praia do Aventureiro e é compreensível a dificuldade de logística. Alex diz que a questão do difícil acesso é somente atribuído ao Docente e que os outros profissionais ainda não recebem esse benefício. O conselheiro Marcos Paulo comenta que achou bem interessante a participação da comunidade na reforma da escola quilombola e diz que hoje as escolas não têm mais autonomia, não podendo nem interferir na colocação de tomadas durante a reforma da escola. O conselheiro Marcos Paulo pergunta se os programas PAAIC e PAAIC+ (Programa Angrense de Alfabetização na Idade Certa) englobam conceitos da educação diferenciada, do campo, indígena e

quilombola e reforça dizendo que estamos perdendo cada vez mais a nossa autonomia, não só as escolas, mas também nos conselhos. Mariana Máximo diz que o Documento de Orientação Curricular dialoga com esses conceitos de territorialidade. Norielem comenta da EJA (Educação de Jovens e Adultos) Pescadores, que foi um projeto desenvolvido na Ilha Grande anos atrás. Sílvia Lira diz que colocará no grupo de whatsapp do CME o link que dá acesso ao material estruturado (caderno pedagógico) e quem quiser pode acessar. A conselheira Patrícia diz que tem acesso ao material estruturado, pois seus filhos estudam na rede pública municipal e diz que o poder público poderia criar eventos que valorizassem a cultura tradicional. Mariana Máximo informa que a conselheira Sheila não está presente hoje à reunião e, por esse motivo, não discutiremos a pauta sugerida por ela. Patrícia pergunta se o CME tem algum retorno da SEJIN (Secretaria de Educação, Juventude e Inovação) sobre a manutenção dos notebooks e Mariana diz que esse assunto será discutido com a participação da conselheira Sheila em momento oportuno. Passamos para o próximo ponto da pauta: repasse VAAR (Valor Aluno Ano Resultado) 2025 e análise das condicionantes 2024. Mariana Máximo inicia dizendo que foi uma solicitação do conselheiro Alex de Almeida a necessidade de discutirmos essa questão aqui na reunião do pleno e foi feita uma consulta nos cadernos da prestação de contas do FUNDEB 2025 (Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), juntamente com a Walquíria, presidente da CACs FUNDEB e foi percebido que, nos três cadernos, que chegaram aqui ao CME para prestação de contas, os valores estão zerados, ou seja, ainda não recebemos. Mariana Máximo faz uma fala informativa sobre o que vem a ser o VAAR, VAAT (Valor Anual Total por aluno) e VAAF (Valor Anual por Aluno), dizendo que estamos falando de valores complementares ao FUNDEB, que é um fundo constituído por impostos estaduais e municipais. O VAAF prevê a distribuição de mais de 2,5% do valor do FUNDEB para os municípios. O VAAT surge com cerca de 10,5% aproximadamente e prevê, de maneira mais realista, os municípios onde há mais vulnerabilidade nas suas redes de ensino. O município pode receber mais ou menos, de acordo com a sua realidade. O VAAR prevê cinco condicionalidades e se o município cumprir todas as condicionalidades, recebe até 10% do valor destinado. Mariana Máximo comenta que consultou o Diego - controlador da SEJIN, sobre a situação de Angra dos Reis, pois aparece na listagem dos municípios como habilitada a receber o VAAR, porém ainda não beneficiada e está aguardando informações. Mariana Máximo explica o que vem a ser cada condicionalidade: provimento do cargo ou função de gestor escolar, SAEB, redução das desigualdades, regime de colaboração entre estados e municípios (ICMS educação - imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços) e referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular. O conselheiro Nevaldo fala sobre a análise dos resultados por escola, incluído o IDEAR (Indicador de Desenvolvimento da Educação de Angra dos Reis) e em ações de recomposição da aprendizagem, incluindo o PAAIC e PAAIC+, CNCA (Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada) e as metas por escola, que são publicadas em resolução no BO (Boletim Oficial), onde a comunidade escolar pode acompanhar e discutir nas reuniões de pais. A presidente Sílvia Lira diz que em diálogo com a UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação), cogitou-se a possibilidade de que cada município ainda esteja em cumprimento das condicionalidades, por isso aparecem como habilitadas e ainda não beneficiadas. A vice-presidente Mariana Máximo pergunta ao conselheiro Alex se as falas tecidas hoje sobre VAAR/FUNDEB contemplam os anseios do conselheiro. Alex de Almeida diz que foi importante a contextualização do que vem a ser o VAAR, mas que precisa colocar questões para reflexão e trazer dados. Há um ano existe uma comissão que discute a gestão democrática e um dos pontos levantados foi o VAAR. Dentro dessa perspectiva, ampliou-se o debate para atender todas as condicionalidades do VAAR, dando ênfase a nossa responsabilidade quanto à questão da gestão democrática no município e quanto aos recursos oriundos de fundos

nacionais e estaduais. A comissão enviou um ofício à SEJIN solicitando resposta sobre a implementação da gestão democrática no município, que é a condicionalidade 1 e sobre a condicionalidade 3, redução das desigualdades, mas não tivemos resposta. A gestão democrática foi implementada e não tivemos nenhuma resposta sobre a última questão. O conselheiro Alex de Almeida diz que é atribuição deste conselho acompanhar o censo escolar e a melhoria dos indicadores educacionais externos. A vice-presidente Mariana Máximo diz que realmente não recebemos nenhuma resposta sobre esses questionamentos, mas que indiretamente fomos respondidos com a criação de uma legislação/normatização sobre a consulta pública para o cargo de direção de escola e sugere formalizar esses questionamentos, principalmente com relação ao não credenciamento do município sobre o VAAR, por meio de ofício endereçado a SEJIN e diz que essas informações são de grande importância. O conselheiro Alex de Almeida comenta que somos um órgão de Estado e precisamos saber das informações para podermos fiscalizar. Reforça dizendo que o CME precisa ser escutado e que devemos pensar em mecanismos de pressão. A presidente do colegiado Sílvia Lira enfatiza que o conselho é um órgão de Estado, com representantes do poder público e sociedade civil, com o objetivo de garantir o avanço do sistema municipal de educação e diz que devemos fazer sim o ofício sobre o VAAR. Comenta ainda que como diretora de programas e financiamento da UNCME/RJ, vai buscar esclarecimentos sobre esse assunto. Mariana Máximo coloca em votação a proposta de elaboração de ofício sobre o VAAR e a condicionalidade 3, endereçado à SEJIN. Proposta aprovada por todos os conselheiros presentes. Passamos para o item 5 da pauta: autorização para projetos, concessões e PPP no âmbito da educação, item solicitado pelo conselheiro Alex de Almeida. Mariana Máximo faz a leitura do decreto nº14.248 de 30 de julho de 2025 que dispõe sobre autorização para o desenvolvimento dos projetos de concessões e parcerias público-privadas no âmbito do município de Angra dos Reis. Tal decreto menciona a educação. O conselheiro Alex de Almeida diz que esse decreto abre diversas possibilidades, o governo sai da administração pública e passa para a iniciativa privada. Nossa preocupação é isso ocorrer na educação. O conselheiro Alex de Almeida traz a lei do CME, parágrafo 2, artigo 3, sobre nossa atribuição como conselheiros: participar da elaboração das diretrizes gerais das políticas educacionais para instituições educacionais públicas municipais e privadas e propõe, como estratégia de antecipação, a elaboração de um documento que será encaminhado a SEJIN, solicitando que qualquer pensamento sobre parceria público privada ou concessão, esse conselho fique ciente para que possa debater. Mariana Máximo sugere uma complementação à proposta do conselheiro Alex: primeiramente enviar um documento à Secretaria de Planejamento e Gestão, solicitando informação sobre o que eles pensam quando citam a educação nesse processo. Os conselheiros Jorge e Alex defendem a proposta de enviar o documento para as duas secretarias concomitantemente. Mariana Máximo sugere então fazer dois movimentos: inicialmente enviar ofício à secretaria de planejamento e gestão, perguntando quais são as intencionalidades e abrangência quando citam a educação no referido decreto. Mediante a resposta, encaminhamos então a SEJIN. Alex de Almeida enfatiza a necessidade de nos anteciparmos com relação a essa questão da Parceria Público Privada e as concessões. A conselheira Luisa Moreira comenta que as secretarias inicialmente podem dar uma resposta e mais pra frente executar de forma totalmente diferente, por isso defende o endereçamento do ofício para as duas secretarias. O conselheiro Alex de Almeida diz que qualquer licitação passa por processo de audiência pública e nesse momento precisamos buscar informações para lá na frente questionar se fizerem diferente do que nos disseram. Queremos buscar o diálogo nesse processo. Mariana Máximo encaminha então a votação tendo como base duas propostas. Proposta 1 - enviar concomitantemente o ofício para as duas secretarias, a saber: educação e planejamento/gestão. Proposta 2 - enviar primeiramente um ofício para o secretário de planejamento e gestão e recebendo a resposta dele, avaliar se é necessário

enviar pro secretário de educação. Proposta 1 obteve 4 votos e proposta 2 obteve 5 votos. Dessa forma, o ofício será encaminhado primeiramente ao secretário de planejamento e gestão e havendo necessidade, após análise da resposta, encaminhar ao secretário de educação. Em seguida, foi abordado o item 6 da pauta: informes da câmara de educação básica e eleição do(a) novo(a) coordenador(a). Ficou acordado que os novos conselheiros serão alocados nas respectivas câmaras e então será eleito o novo coordenador. Hoje a coordenação da câmara de educação básica é exercida pela conselheira Suellen. Alex de Almeida traz a necessidade de discutir, de repente, na Câmara de Educação Básica, a questão do conselho de promoção. Vamos aguardar essa recomposição da câmara de educação básica e então fazer uma reunião com participação de alguns docentes para discutir a resolução da Sejin sobre avaliação - conselho de promoção. O próximo ponto da pauta foi a apresentação do esboço do plano de ação do CME para o segundo semestre de 2025. A assessora técnica Cristiane Carneiro diz que o plano de ação não é um documento fechado e que os conselheiros podem e devem fazer proposições. Cristiane Carneiro faz a leitura do documento, que traz as ações planejadas para o segundo semestre do ano de 2025 e os conselheiros aprovam, por unanimidade. Em seguida, a assessora técnica faz apresentação do relatório das ações deste colegiado referente ao primeiro semestre de 2025. Relatório aprovado por todos os conselheiros. Mariana Máximo fala a respeito da recomposição do CME/CACs FUNDEB. Silvia Lira levanta a questão da participação do vereador Charles e da vereadora Titi Brasil, nas reuniões do pleno às segundas terças-feiras de cada mês, visto que as terças-feiras tem sessão na câmara de vereadores. Sílvia Lira diz que para o CME, tê-los como conselheiros é um ganho muito grande, pois eles compõem a comissão de educação na câmara de vereadores. Sílvia Lira sugere ao pleno a possibilidade de mudarmos o dia de nossa reunião para as quartas-feiras. A conselheira Camila Oliveira comenta que se a participação dos novos conselheiros da câmara legislativa for limitada por conta de estarem em outra agenda de trabalho às terças-feiras, deveriam ter pensado nessa questão no ato da indicação e que não concorda que o dia de nossa reunião do pleno sofra alteração. Após discussão desse item, ficou acordado que o CME vai conversar com os vereadores conselheiros sobre a participação deles na reunião do pleno e retornará com esse assunto na proxima reunião do pleno de setembro. Mariana Máximo relata a participação de conselheiros na formatura do magistério indígena e comunica sobre a reunião da comissão de eventos que será hoje a tarde aqui no conselho. Sílvia Lira fala a respeito das medalhas: Jair Travassos, Ana Maris e Valéria Rodrigues. Após as considerações finais, a presidente do CME, Silvia Almeida Lira, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Maria das Graças Ladislau, li e encerro esta ata. Ata lida e aprovada na VIII Reunião Ordinária do Conselho Pleno de nove de setembro de dois mil e vinte e cinco.